

Produtores de leite dizem que «medidas do governo não chegam»

Cinco associações de produtores dizem que o leite está em crise e que se o governo não o reconhecer vão partir para formas de luta comuns, a decidir em plenários por todo o país, no mês de Junho.

Representantes da Associação de Produtores de Leite (APL), da Associação de Agricultores do Distrito do Porto (APA), da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), da Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas (FAGRORURAL) e da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB), afectas à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disseram hoje, em conferência de imprensa, que as medidas anunciadas pelo governo são insuficientes e vão partir para o protesto colectivo.

O presidente da APL, José Manuel Lobato, garante que as associações estão “de boa fé e mantêm o diálogo com o poder político, para encontrar soluções para minimizar a crise”, mas adverte que, “caso não haja respostas favoráveis do governo”, vão ser realizados plenários por todo o país, no mês de Junho, para decidir formas de luta.

Este responsável afirma que o objectivo é chamar a atenção do governo e da opinião pública para “a grave situação que o sector atravessa, com os baixos preços do leite pagos à produção, apesar dos custos elevados, com a maioria das explorações em dificuldades para manterem a actividade”.

“Algumas das medidas anunciadas pelo Ministério da Agricultura são pequenas vitórias conseguidas pelo protesto dos agricultores, mas não chegam. Outras são necessárias, como a ajuda financeira directa de 40 cêntimos por litro de leite ao produtor, para manter o equilíbrio das explorações e garantir o escoamento da produção nacional”, defendeu.

Outra das medidas que as associações reclamam é a extensão da classificação como “fileira prioritária”, que o governo anunciou para o leite, a outras produções, para a agricultura familiar poder beneficiar de outras ajudas financeiras.

Os representantes das cinco associações não se conformam com os argumentos de que não há orçamento, ou que “Bruxelas não deixa” para não serem satisfeitas as suas reivindicações.

Contrapõem com as “ajudas públicas quase ilimitadas a sectores ditos competitivos como a banca, a indústria automóvel e a indústria da cortiça”.

“Há um forte descontentamento de todo o sector pecuário e uma reacção negativa por o ministro não reconhecer o estado de crise da agricultura familiar”, disse aos jornalistas Berta Santos, da FAGRORURAL.

Segundo Berta Santos, mesmo medidas que o governo anunciou recentemente, “como a antecipação das ajudas da campanha que está a começar” não merecem a confiança dos produtores: “quem pode acreditar nisso, se ainda há ajudas de 2007 e de 2008 por pagar?”

Outras são mal recebidas, como o reforço da ajuda do Regime de Pagamento Único (RPU), até 250 euros por hectare, por beneficiar agricultores quer produzam, ou não,

concluindo que é um estímulo ao abandono da produção.

“É óptimo é para os agricultores da costa do Estoril que têm terras no Ribatejo e no Alentejo”, critica José Manuel Lobato.

Diário Digital / Lusa

Copyright Diário Digital 1999/2007